

I Jornada Multiprofissional de Cirurgias de Modificações Corporais em Pessoas Trans e Intersexo do Amazonas: desafios e oportunidades¹

Ludmila Wanbergna Nogueira Felix²

Alberto Jean da Costa Fermin³

George Santos Magalhães⁴

Priscila Jesus Mendonça⁵

Williany Bezerra de Souza⁶

Universidade Federal do Amazonas - UFAM

RESUMO

O presente estudo analisou as estratégias de comunicação pública adotadas durante a I Jornada de Cirurgias de Modificações Corporais em Pessoas Trans e Intersexo do Amazonas, frente a crises simbólicas e desinformação. O trabalho versa sobre os desafios e as oportunidades que esse evento trouxe na perspectiva da comunicação, da logística e das relações humanas e profissionais envolvidas. A discussão articula autores como Duarte (2007), Habermas (1989) e Castells (2009), destacando a comunicação como eixo de legitimação e inclusão. O caso revela como a comunicação pode operar como instrumento de mediação ética e de afirmação de direitos em ambientes polarizados.

PALAVRAS-CHAVE: pessoas trans e intersexo; acesso à saúde; comunicação; inclusão; respeito à diversidade

INTRODUÇÃO

Este trabalho analisa os desafios e estratégias comunicacionais adotadas durante a I Jornada Multiprofissional de Cirurgias de Modificações Corporais em Pessoas Trans e Intersexo do Amazonas, realizada em agosto de 2024 no Hospital Universitário

¹ Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho “Comunicação, Divulgação Científica, Saúde e Natureza na Amazônia”, evento integrante da programação do 22º Congresso de Ciências da Comunicação da Região Norte, realizado de 28 a 30 de maio de 2025.

² Mestra em Gestão e Inovação em Saúde, especialista em Assessoria de Comunicação e chefe da Unidade de Imprensa e Informação Estratégica da Ebserh para as regiões Norte e Nordeste do Brasil, email: ludmila.felix@ebserh.gov.br.

³ Especialista em Gestão Pública, em Administração Pública e chefe da Unidade de Comunicação Regional do HUGV, email: alberto.fermin@ebserh.gov.br.

⁴ Pós-graduando em Comunicação Empresarial e chefe do Serviço de Relacionamento com a Imprensa da Ebserh, email: george.magalhaes@ebserh.gov.br.

⁵ Pós-graduada em Licitações, Contratos e Convênios na Administração Pública, em Gestão Pública e Gestão Hospitalar e chefe da Unidade de Apoio Operacional 2 na Coordenadoria de Comunicação Social da Ebserh, e-mail: mendonca.priscila@ebserh.gov.br.

⁶ Mestra em Estudos da Mídia, pós-graduada em Jornalismo Contemporâneo e Digital, e chefe da Unidade de Comunicação Regional da Ebserh em Sergipe, e-mail: williany.souza@ebserh.gov.br.

Getúlio Vargas (HUGV/UFAM), sob gestão da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh). A jornada promoveu, de forma inédita no estado, cirurgias de redesignação sexual pelo Sistema Único de Saúde (SUS), beneficiando 23 pacientes trans e intersexo. A ação, de caráter científico, não apenas representou um avanço técnico e assistencial, mas operou também como um marco simbólico de reconhecimento e inclusão de populações historicamente marginalizadas — articulando saúde, cidadania e visibilidade pública.

A JORNADA

O Hospital Universitário Getúlio Vargas (HUGV), unidade da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), passou a ser administrado em 2013 pela Ebserh, estatal vinculada ao MEC que gere 45 hospitais universitários federais. Sob a gestão do superintendente Juscimar Nunes e da chefe da Divisão Médica Conceição Crozara, o HUGV ampliou a visibilidade de pessoas trans e intersexo, promovendo avanços no cuidado especializado.

Segundo Couto e Silva (2024), pessoas trans são aquelas cuja identidade de gênero difere do sexo atribuído ao nascimento; pessoas intersexo, por sua vez, apresentam variações biológicas que não se enquadram nas definições usuais de masculino ou feminino. Ambas requerem atenção em saúde sensível às suas especificidades físicas, psíquicas e sociais.

A oferta de hormonioterapia, cirurgias e acompanhamento qualificado é fundamental para pessoas trans (Rocon et al., 2016), assim como protocolos adequados são urgentes no atendimento às pessoas intersexo, a fim de evitar práticas inadequadas e agravos à saúde (Vieira et al., 2021).

Documentos como o Programa Brasil Sem Homofobia e a PNSILGBT reforçam que preconceito, estigma e exclusão impactam negativamente a saúde dessas populações, contrariando os princípios constitucionais e legais do SUS. A saúde coletiva, com sua abordagem interdisciplinar, destaca-se como um espaço crucial para a integração entre as pessoas trans e intersexo e os responsáveis em todos os níveis pelo acesso à saúde (Tesser Júnior et al., 2024).

Nessa linha, o HUGV-UFAM/Ebserh realizou, entre os dias 27 e 31 de agosto de 2024, a I Jornada Multiprofissional de Cirurgias de Modificações Corporais em Pessoas Trans e Intersexo do Amazonas. Durante o evento, além das palestras e

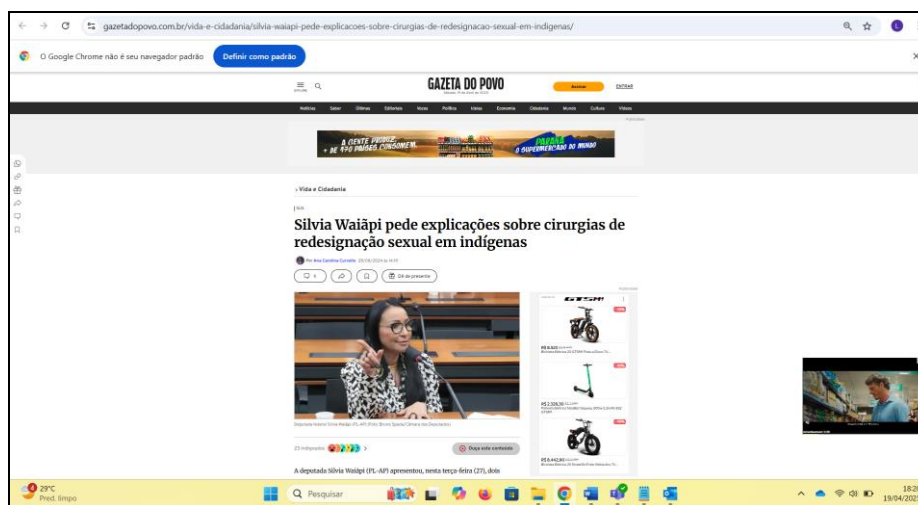
minicursos para troca de experiências e aperfeiçoamento profissional, foram realizadas 25 cirurgias em 23 pacientes acompanhados pela unidade de saúde, os primeiros procedimentos de redesignação sexual pelo Sistema Único de Saúde (SUS) no estado do Amazonas. Um marco para a saúde da população amazonense.

Para a realização das cirurgias foram reunidas equipes multidisciplinares das áreas de Urologia, Cirurgia Plástica, Mastologia e Cirurgia Geral. Além do HUGV e do Hospital das Clínicas da Universidade de São Paulo (USP), participaram da jornada equipes de outros quatro hospitais da Ebserh, destacando a atuação em Rede: o Hospital Universitário Professor Edgard Santos (Hupes-UFBA/Ebserh); o Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Pernambuco (HC-UFPE); o Hospital Universitário da Universidade Federal de Juiz de Fora (HU-UFJF); e o Hospital Universitário da Universidade Federal de Sergipe (HU-UFS).

DESAFIOS ENFRENTADOS, SOLUÇÕES E OPORTUNIDADES

O evento enfrentou uma série de problemas e crises de imagem, como relatos de atos de preconceito e discriminação por parte de alguns funcionários do HUGV contra pessoas da comunidade LGBTQIAPN+, oposição ideológica e religiosa dentro da universidade e do hospital, e ataques de grupos políticos externos ligados a movimentos negacionistas, misóginos e de não aceitação às pessoas trans e intersexo e, por isso, contrários à ação, que tentaram usar a jornada como palco de disputa política (Figura 1).

Figura 01 – repercussão sobre o assunto na imprensa



Fonte: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/silvia-waiapi-pede-explicacoes-sobre-cirurgias-de-redesignacao-sexual-em-indigenas/>, acesso em 19 de abril de 2025, às 18h21

Além disso, uma matéria equivocada divulgada pela Sociedade Brasileira de Urologia (SBU) gerou confusão, afirmando erroneamente que o foco do evento seria pessoas trans e intersexo indígenas e ribeirinhas (Figura 02). Para piorar ainda mais o contexto, uma das notícias geradas a partir de entrevista com um médico convidado ratificou essa informação.

Figura 02 – disseminação de desinformação sobre o assunto



Fonte: <https://portaldaurologia.org.br/novidades/noticias/urologistas-participam-de-mutirao-de-cirurgias-em-indigenas-intersexo-e-mulheres-trans-no-am>, acesso em 19 de abril de 2025, às 17h36.

A comunicação institucional, nesse contexto, assumiu papel estratégico na mediação entre a instituição hospitalar, os meios de comunicação e a sociedade, em uma dinâmica que exigiu respostas rápidas a tensões externas, como as manifestações ideológicas contrárias às cirurgias e os episódios de desinformação propagados por veículos da imprensa e entidades de classe. A abordagem adotada dialoga com os pressupostos da comunicação pública (Duarte, 2007), que compreende a mediação comunicacional como prática ética e dialógica no espaço público, e com a noção de esfera pública habermasiana (Habermas, 1989), segundo a qual a legitimidade das ações coletivas é construída pelo debate racional e informado.

Frente à crise de imagem e às tentativas de deslegitimação simbólica, a equipe de Comunicação optou por não desmentir diretamente as informações falsas, mas por reposicionar o debate por meio de estratégias discursivas baseadas na apresentação de dados verificáveis, depoimentos de pacientes e entrevistas com especialistas. Essa escolha evidencia uma prática comunicacional centrada na construção de narrativas propositivas e na valorização do testemunho como ferramenta de humanização e contra-hegemonia. Em contextos de redes e fluxos comunicacionais múltiplos e voláteis

(Castells, 2009), esse reposicionamento comunicacional atua como resistência simbólica e reafirma o papel do discurso institucional como produtor de sentidos.

O evento obteve ampla visibilidade midiática, com 406 inserções neutras ou favoráveis em apenas um mês, incluindo destaque na capa da *Folha de S.Paulo* no Dia da Visibilidade Trans. Além disso, internamente, a jornada gerou aprendizados institucionais valiosos, como a necessidade de adequação dos sistemas para inclusão do nome social, capacitações permanentes sobre diversidade e criação de protocolos para o atendimento humanizado.

À luz da experiência analisada, este estudo propõe recomendações com potencial de fortalecimento institucional e comunicacional: (1) elaboração de planos de comunicação mais robustos e integrados às políticas institucionais; (2) ações preventivas de formação continuada voltadas a servidores e colaboradores, com foco em diversidade e direitos humanos; (3) construção de estratégias de enfrentamento à desinformação, com base na escuta, no diálogo e na mediação qualificada com a imprensa; (4) ampliação de redes interinstitucionais de apoio e legitimação; e (5) fortalecimento da transparência ativa em todas as fases do projeto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto no trabalho, conclui-se que a experiência da jornada evidencia o papel estratégico da comunicação na implementação de políticas públicas inclusivas, sobretudo em contextos marcados por disputas simbólicas e tensionamentos ideológicos. Apesar dos obstáculos enfrentados, o evento foi considerado um sucesso em termos de número de cirurgias realizadas, visibilidade positiva e engajamento da comunidade científica. A jornada foi um evento histórico que, apesar dos desafios enfrentados, representou um avanço significativo no acesso à saúde para pessoas trans e intersexo no Amazonas. A implementação das recomendações aqui propostas poderá fortalecer ainda mais as futuras edições, garantindo a continuidade de ações pioneiras e transformadoras no campo da saúde pública e da inclusão social.

REFERÊNCIAS

COUTO, Eduardo Luis; SILVA, Nayara Inamorato. **A intersexualidade e o desafio ao acesso à política de saúde.** *Congresso Internacional de Política Social e Serviço Social: desafios contemporâneos; Seminário Nacional de Território e Gestão de Políticas Sociais; Congresso de Direito à Cidade e Justiça Ambiental*, v. 5, n. 1, p. 01-13, maio 2024. ISSN: 2966-0416.

Disponível em: <https://anais.uel.br/portal/index.php/conserdigeo/article/view/3530/3377>. Acesso em: 22 abril 2025.

BRASIL. **Apresentação - EBSEH**. Brasília: Ebserh, 2004. Disponível em: <https://www.gov.br/ebserh/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/sobre>. Acesso em: 22 abril 2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Combate à Discriminação. **Brasil Sem Homofobia: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil_sem_homofobia.pdf. Acesso em: 22 abril 2025.

BRASIL. **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**. Brasília: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 22 maio 2025.

BRASIL. **Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18080.htm. Acesso em: 22 maio 2025.

BRASIL. **Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais**. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. Disponível em: https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_lesbicas_gays.pdf. Acesso em: 22 abril 2025.

CASTELLS, Manuel. **A galáxia da internet: reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

DUARTE, Jorge. **Assessoria de imprensa e relacionamento com a mídia: teoria e técnica**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

ROCON, Pablo Cardozo; RODRIGUES, Alessandro; ZAMBONI, Jéssio; PEDRINI, Mateus Dias. **Dificuldades vividas por pessoas trans no acesso ao Sistema Único de Saúde**. Ciência & Saúde Coletiva, v. 21, n. 8, p. 2517–2526, ago. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/zGJyVqQ6WGjyRzLqfd8vRD/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 22 maio 2025.

TESSER JUNIOR, Zeno C. et al. **A invisibilidade das pessoas LGBT no acesso à saúde**. Trabalho, Educação e Saúde, Rio de Janeiro, v. 22, 2024, e02743254. <https://doi.org/10.1590/1981-7746-ojs2743>. Acesso em: 22 abril 2025.

VIEIRA, Amiel.; COSTA, Anacely Guimarães.; PIRES, Barbara Gomes.; CORTEZ, Marina. **Intersexualidade: desafios de gênero**. Revista Periódicus, [S. l.], v. 1, n. 16, p. 01–20, 2021. DOI: 10.9771/peri.v1i16.45725. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/45725>. Acesso em: 22 abril 2025.